



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DANIELLE GRANGEIRO RÉGIS FIRES

BANCO DE ALIMENTOS: O FETICHE DO REAPROVEITAMENTO
ALIMENTAR E DAS AÇÕES EDUCATIVAS.

CAMPINA GRANDE – PB
2011

DANIELLE GRANGEIRO RÉGIS FIRES

**BANCO DE ALIMENTOS: O FETICHE DO REAPROVEITAMENTO
ALIMENTAR E DAS AÇÕES EDUCATIVAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba em
cumprimento às exigências para a
obtenção do título de bacharelado
em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Msc. Ana Rita de Castro Almeida.

Campina Grande – PB
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Luiza Erundina – Serviço Social – UEPB

F523b Fires, Danielle Grangeiro Regis.

Banco de alimentos [manuscrito]: o fetiche do reaproveitamento alimentar e das ações educativas / Danielle Grangeiro Regis Fires. – 2011.57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Ana Rita de Castro Almeida, Departamento de Serviço Social”.

1. Responsabilidade Social. 2. Banco de Alimentos. 3. Ações Educativas. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 363.8

DANIELLE GRANGEIRO RÉGIS FIRES

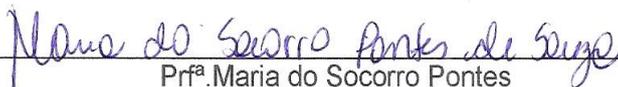
**BANCO DE ALIMENTOS: O FETICHE DO REAPROVEITAMENTO
ALIMENTAR E DAS AÇÕES EDUCATIVAS.**

Aprovada em 30 de Novembro de 2011

BANCA EXAMINADORA



Prf^a. Ana Rita de Castro Almeida
(Orientadora)



Prf^a. Maria do Socorro Pontes
(Examinadora)



Prf^a. Célia de Castro
(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e a meu esposo, pelo incentivo, por acreditarem e apoiarem esta trajetória de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele nada seria possível.

A minha família, pela dedicação, compreensão e pelo amor em todo percurso de minha vida.

Ao meu esposo, que sempre me apoiou e acreditou em meu potencial, me incentivando na busca de novas realizações.

A professora Ana Rita, pela paciência, dedicação e aprendizado na orientação desta monografia.

EPÍGRAFE

“Não se deve ir atrás de objetivos fáceis. É preciso buscar o que só pode ser alcançado por meio dos maiores esforços”. (Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho, intitulado “Banco de Alimentos: o fetiche do reaproveitamento alimentar e das ações educativas”, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em três diferentes instituições que atendem crianças e adolescentes, situadas na cidade de Campina Grande-PB e que são conveniadas com o Banco de Alimentos – Serviço Social do Comércio - SESC. Seu objetivo foi investigar os efeitos da intervenção desenvolvida junto às instituições Casa de Caridade Padre Ibiapina, Legião da Boa Vontade e Fundação Sementes de Vida, tendo como sujeitos os professores e representantes das diretorias de cada entidade. A metodologia trabalhada seguiu uma orientação semiquantitativa que utilizou como técnica para a coleta de dados a entrevista semiestruturada e o questionário. Como embasamento teórico, buscou-se a compreensão dos problemas gerados pelo modelo Neoliberal, defensor de um Estado mínimo, insuficiente e excludente para prover a população do acesso aos bens e serviços ligados ao bem-estar social. A Responsabilidade Social, preocupação atual das empresas, na qualidade de parceiras do Estado, e atualmente exercida pelo SESC, em Campina Grande, também serviu como referência teórica. Foi efetivado o estudo do programa Mesa Brasil/SESC, uma proposta assumida na Paraíba pelo SESC, com a denominação de Banco de Alimentos, para entendimento das suas finalidades e do trabalho que desenvolve.

Palavras - chave: Banco de Alimentos. Ações educativas. Responsabilidade social.

A B S T R A C T

This work, entitled "Food Bank: the fetish of recycling food and educational activities," presents the results of a survey conducted in three different institutions that serve children and adolescents, located in the city of Campina Grande-PB and cooperation agreements that are with the Food Bank - Social Commerce - SESC. His goal was to investigate the effects of intervention developed with institutions Ibiapina House of Charity Father, Legion of Good Will and Foundation Seeds of Life, with the subject teachers and representatives of boards of each entity. The methodology followed guidance semiquantitativa worked that used the technique for data collection and semi-structured interview questionnaire. As theoretical background, we sought to understand the problems generated by the neoliberal model, an advocate of a minimal state, and excluding insufficient to provide the people access to goods and services related to social welfare. The Social Responsibility, the current preoccupation of companies, as partners of the State, and currently exercised by the SESC, in Campina Grande, also served as the theoretical framework. The study was accomplished program Mesa Brazil / SESC, a proposal by SESC assumed in Paraiba, under the name Food Bank, in order to understand their purpose and the work develops.

Keywords - key: Food Bank. Educational activities. Social responsibility.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Instituições pesquisadas e seu tempo de funcionamento	42
Tabela 02 Dias e horários de funcionamentos	42
Tabela 03 Atividades desenvolvidas	43
Tabela 04 Sobrevivência financeira	43
Tabela 05 Doações Recebidas	44
Tabela 06 Quadro de pessoal e vínculos trabalhistas	44

LISTA DE SIGLAS

CPD – Centro de Processamento de Dados

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

EMPASA – Empresa Paraibana de abastecimento e Serviços Agrícolas

LBV – Legião da Boa Vontade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

TSI – Trabalho Social com Idoso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. A REFORMA DO ESTADO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL	16
1.1 Configurações do Estado Neoliberal	16
1.2 Aspectos Históricos e as Determinações Institucionais da Responsabilidade Social.....	22
1.3 O Serviço Social do Comércio/SESC e as demandas Neoliberais.....	25
CAPÍTULO II. O BANCO DE ALIMENTOS: UM PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	29
2.1 Do Mesa Brasil ao Banco de Alimentos	29
2.2 O Processo de Criação e Desenvolvimentos do Banco de Alimentos em Campina Grande/PB	32
2.2.1 Ações Educativas em Campina Grande/PB.....	34
CAPÍTULO III. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A PESQUISA	36
3.1 Campo de Estágio: O Serviço Social do Comércio em Campina Grande/PB	36
3.2 O Estágio Supervisionado e o Banco de Alimentos	38
3.2.1 Primeiro Momento – Estágio Eletivo	39
3.2.2 Segundo Momento – Estágio Supervisionado e a Pesquisa.....	41
3.3 A Proposta Metodológica da Pesquisa	42
3.4 Avaliação dos Resultados da Pesquisa.....	44
3.4.1 Perfil Institucional	44
3.4.2 Situação Econômico – Financeira.....	45
3.4.3 Relação Banco de Alimentos e Instituição	46

Considerações Finais	51
Referências	53
Apêndices	55
Anexos	57

INTRODUÇÃO

Chegamos ao século XXI experimentando os efeitos da expansão do modo de produção capitalista, apoiado pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo avanço tecnológico. O modelo de Estado propalado por essa conjuntura se contrapõe à sua intervenção no funcionamento da sociedade, fundamentado na teoria Neoliberal, que defende os interesses do capital e transfere a responsabilidade do Estado para a sociedade civil. É contra a sua intervenção na economia e a favor do livre mercado e da liberdade individual. O modelo de Estado Neoliberal repercute diretamente nas políticas sociais, tornando-as eventuais e assistencialistas.

A partir dos anos 1990 do século passado, os brasileiros passam a vivenciar, além dos efeitos perversos resultantes das transformações ocorridas no mundo do trabalho, a ausência de políticas públicas. São assegurados os benefícios básicos apenas para quem atesta seu estado de miserabilidade.

Na conjuntura atual, observamos dramaticamente a existência de um grave quadro de desemprego, fome, miséria e exclusão social. Essas faces da questão social estão intimamente ligadas às exigências de um Estado Neoliberal, sem projetos nem preocupações com o bem comum da população, pregando a minimização de gastos e investimentos com as políticas públicas, provocando, assim, seu sucateamento.

Devido a essa mínima participação do Estado nos assuntos sociais, a questão social se agrava ainda mais, tornando-se necessários novos mecanismos para o seu enfrentamento, especificamente da fome.

Com todo o descompromisso do Estado em relação aos direitos sociais, garantidos na Constituição Federal de 1988, a sociedade civil é chamada para assumir o papel de coadjuvante na concretização desses direitos, passando a assumir responsabilidades que, anteriormente, cabiam ao Estado. Partícipe da sociedade civil brasileira, o Serviço Social do Comércio (SESC) é chamado para amenizar as injustiças sociais, uma nova demanda do mercado em tempos neoliberais. Assim, as instituições privadas se constituem grandes parceiras para materialização dessas iniciativas, uma vez que novas exigências

são cobradas das empresas, através da efetivação da Responsabilidade Social, através da ideia de que o interesse econômico passa a andar junto ao interesse social.

Atendendo a esse desafio, o SESC passa a exercer a sua Responsabilidade Social lançando-se no combate ao desperdício alimentar, com o programa Banco de Alimentos, cuja criação está vinculada à perspectiva de minimização da fome, bem como do desenvolvimento de ações educativas nas instituições conveniadas de Campina Grande-PB e de algumas cidades circunvizinhas.

Nessa perspectiva o presente trabalho visa apresentar os resultados da pesquisa “**Banco de Alimentos: o fetiche do reaproveitamento alimentar e das ações educativas**”, cujo objetivo foi investigar o resultado do trabalho desenvolvido na Casa de Caridade Padre Ibiapina, na Legião da Boa Vontade e na Fundação Sementes de Vida. Como também, traçar o perfil das instituições acima citadas. Identificar as suas percepções sobre o trabalho desenvolvido pelo Banco de Alimentos. Conhecer as visões relativas ao desenvolvimento de ações educativas.

Para dar um maior suporte a nossa análise, realizamos uma pesquisa semiqualitativa que não desconsidera os dados quantitativos para melhor caracterizar a realidade estudada. Como procedimento de coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada. Para tratamento dos dados coletados, utilizou - se a análise de conteúdo que permite compreender criticamente o sentido das falas e suas significações.

Para a realização da pesquisa, delimitamos como sujeitos os professores e representantes das diretorias de cada instituição.

Visando ampliar a discussão que fundamenta a pesquisa, desenvolvê-la-emos em três capítulos:

O primeiro capítulo, denominado a **Reforma do Estado e a Responsabilidade Social**, traz uma retrospectiva histórica do desenvolvimento capitalista e dos problemas gerados pelo modelo Neoliberal, que evidencia um Estado mínimo insuficiente e excludente para prover a população do acesso aos bens e serviços ligados ao bem estar social. Complementado a discussão, apresenta também a demanda da Responsabilidade Social, preocupação atual

das empresas, suporte de grande valia para o Estado e que, na pesquisa, é atribuição do SESC – Campina Grande – PB.

No segundo capítulo, que traz como título, **Programa MESA BRASIL/SESC – uma proposta assumida pelo SESC**, fazemos uma explanação do surgimento do programa, da sua finalidade, bem como da atuação deste na cidade de Campina Grande-PB.

O terceiro capítulo, intitulado **a Pesquisa e seus Resultados na Vivência do Estágio Supervisionado**, relata e comenta os resultados da pesquisa realizada no período entre os meses de agosto e setembro de 2010 e produzida durante o estágio supervisionado que se deu na instituição SESC.

Por fim, teceremos algumas considerações acerca do estágio, dos resultados desta investigação, desejando contribuir com o aprimoramento do trabalho desenvolvido pelo Banco de Alimentos.

CAPÍTULO I. A REFORMA DO ESTADO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.1 Configurações do Estado Neoliberal

Com o surgimento da indústria, no século XVIII, e o declínio do modo de produção mercantilista e absolutista, nasce na Europa o sistema econômico capitalista, iniciando um processo de produção efervescente, de geração de lucro e conseqüente aumento de capital.

A Revolução Industrial fortaleceu o sistema capitalista e solidificou suas raízes nas outras partes do mundo. Como decorrência dessa Revolução, o sistema de produção foi totalmente modificado; os operários foram substituídos por máquinas, que passaram a desempenhar o trabalho antes feito por eles. Essa mudança trouxe benefício para o capitalista, já que sua margem de lucro só aumentou. Porém, para o trabalhador não houve nenhum proveito, apenas a intensificação da exploração do trabalho e aumento do desemprego.

O capitalismo também proporcionou o surgimento de novas ideias políticas, econômicas e sociais, que alteraram as concepções de Estado. Uma dessas ideias é a fisiocracia, que surgiu no século XVIII, tendo como idealizador François Quesnay. Considerada a primeira escola de economia científica, a doutrina fisiocrata preconizava a terra como única fonte de riquezas e a negação do direito ao Estado de intervir na economia. Seu lema básico era *o laissez-faire, le monde va de lumême*, ou seja: deixai fazer, deixai passar que o mundo anda por si mesmo. Apesar de suas limitações, a doutrina fisiocrata foi de extrema importância para a economia científica e se constituiu ponto de partida para a criação da teoria clássica de Adam Smith.

No ápice da Revolução Industrial, surge a filosofia que fundamenta o capitalismo, o liberalismo econômico, tendo como principal inspirador o economista Adam Smith, considerado o pai da economia política. Essa teoria manifestava-se em oposição à política mercantilista, por ser baseada na intervenção estatal e advogava a necessidade de uma economia dirigida pelo

jogo da livre oferta e da procura de mercado. O liberalismo teve como princípios básicos:

- A responsabilidade individual, porque não pode haver liberdade sem responsabilidade, sendo os indivíduos responsáveis por seus atos.
- A defesa da propriedade privada, onde os indivíduos têm pleno direito de possuir bens.
- O livre mercado, ou seja, a liberdade econômica.

Mas a sua característica fundamental é a defesa da mínima participação do Estado nos assuntos econômicos e sociais da nação. Associando-se a tal constatação, Toledo afirma que:

O Estado liberal caracteriza-se principalmente, pela separação entre Estado e economia e pela tentativa de reduzir a política à chamada sociedade política, isto é, por tentar despolitizar as relações econômicas e sociais. Ao tentar separar a política da economia, o Estado liberal definirá, por um lado, um conceito de sociedade reduzida aos produtores, e aos cidadãos, por outro, ambas as faces da mesma moeda, mas separados por esferas de atuação. Um Estado de cidadãos e uma sociedade de proprietários é o fim do conceito de classe social. (2002, p. 72)

Fica explícito nas palavras do autor que esse é um governo limitado, contrário ao controle do Estado na economia e na vida das pessoas, sendo essa a característica primordial do liberalismo. A disciplina por ele imposta ao mercado para satisfazer os interesses individuais e coletivos, revelou-se mais prejudicial do que parecia, traduzindo-se no aumento do desemprego e da miséria nas largas camadas da população. Mas, foi a partir da Primeira Guerra Mundial que o liberalismo mostrou realmente sua ineficácia, já que foi incapaz de superar as crises e destruições causadas pelos conflitos que vivenciou.

Durante o século XX, o período pós-guerra foi marcado por uma enorme expansão das forças produtivas, cujo desenvolvimento foi determinado por avanços tecnológicos.

Nesse período, o modelo fordista - taylorista de produção predominou, sendo caracterizado pela produção em massa e também pela exploração do trabalhador, que trabalhava de modo repetitivo e intenso, repercutindo no aumento da produtividade do trabalho e da produção de mercadorias.

A estratégia taylorista–fordista de organização do processo produtivo implicava a produção em série e em massa para consumo massivo, uma rígida divisão de tarefas entre executores e planejadores, o trabalho parcelar fragmentado e a constituição da figura do “operário massa” (IAMAMOTO 2008, p.29).

O operário é visto nessa condição apenas como simples apêndice da máquina, tornando-se peça fundamental para o aumento do lucro capitalista. Todos esses fatores foram responsáveis pelo surgimento do Welfere State, conhecido como Estado Providência ou Estado de Bem-Estar Social, vindo substituir o conceito de Estado liberal. Filho da grande depressão de 1929 o Estado Providência foi uma medida emergencial voltada para a Europa a fim de garantir o mínimo de bem-estar social.

No Estado Providência, houve uma profunda intervenção do Estado no que diz respeito ao funcionamento da sociedade. Entre as suas características está a defesa dos direitos dos cidadãos na saúde, na educação e na segurança. Desse modo, o Estado de Bem-Estar Social estende-se por todos os níveis da vida econômica e social, expandindo as políticas públicas destinadas à cidadania, pelas garantias de se ter acesso à educação em todos os níveis, pela assistência médica gratuita, pela construção de estradas, pelo saneamento básico e a salubridade pública, pelo direito de possuir um pleno emprego e o auxílio ao desempregado, institucionalizando, assim, a previdência social.

O Estado de Bem-Estar Social esteve presente durante 40 anos, proporcionando altas taxas de crescimento social. Mas, a crise finalmente chegou e o Estado Social se decompôs, desde os anos 70. O modelo de Estado que o substituiu foi o Neoliberal, defendendo uma proposta totalmente contrária ao Welfere State. (TOLEDO, 2002).

Esse período também foi marcado por grandes lutas reivindicatórias e consequentes conflitos trabalhistas. As mobilizações sindicais foram importantes nesse momento, pressionando o capital a incorporar mudanças na legislação trabalhista a fim de atender o mínimo das necessidades sociais dos trabalhadores.

Na conjuntura dos anos 1970, ocorre uma crise no modelo capitalista, ocasionada pelo desemprego estrutural, que o modelo fordista-taylorista foi incapaz de solucionar; crise que foi resultado da destrutiva lógica capitalista, verificada na exploração cada vez maior do trabalhador e na sua deterioração laboral. Ela foi considerada oriunda do próprio modelo de Estado, no qual o governo teve que investir muito além de um orçamento não inflacionário na ordem social. Baseando-se também na inflação ocasionada pela proteção que se dava aos trabalhadores, acabou ocorrendo uma descrença de se produzir uma sociedade melhor pela via Estado de Bem-Estar Social.

Devido à crise do Estado social nasceu, na década de 1970, na Europa e América do Norte, regiões de capitalismo avançado, o Neoliberalismo, que teve na obra de Friedrich Hayek, "O Caminho da Servidão", sua fonte de inspiração.

Escrita em 1944, "trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política." (ANDERSON, 1995, p. 09). Seria a criação de uma base para um capitalismo sem regras e limites.

Por ser incontornável, o capitalismo sempre elaborou uma saída para suas crises, criando sempre um novo modelo para superar as falhas do anterior. Surge, a partir daí, o toytismo, com intuito de superar os problemas que teriam levado o modelo fordista-taylorista ao fim.

Criado no Japão, o modelo toyotista de produção se fundamentou na valorização do trabalho em equipe e o trabalhador passa a ser polivalente e multifuncional, sendo capaz de trabalhar com diversas máquinas ao mesmo tempo. Além de conhecer sua atribuição, este podia atuar em várias áreas de produção da empresa, passando a ter a responsabilidade de praticar outras tarefas.

No modelo toyotista de produção houve uma valorização do operário na participação da organização do processo de trabalho. Se antes ele era considerado apenas um apêndice da máquina, com o toyotismo o trabalhador passa a ser considerado um ser pensante e integrado ao processo de produção, sendo exploradas todas as suas virtudes de inteligência.

O Estado Neoliberal caracteriza-se por uma política baseada nos interesses do capital, transferindo a responsabilidade do Estado para a sociedade civil, porque é contra a sua intervenção na economia e a favor do livre mercado e da liberdade individual. “No ponto de vista Neoliberal o Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir”. (LAURELL, 2002, p. 163).

Dentre as estratégias do Neoliberalismo está o corte dos gastos sociais públicos, que significa o desfinanciamento das instituições públicas, causando o seu desprestígio e ocasionando um enorme aumento de instituições privadas.

Outra estratégia marcante da política Neoliberal é a diminuição das políticas sociais, tornando-as eventuais e assistencialistas. Mas, há a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza, onde apenas os benefícios básicos são assegurados, mediante a comprovação, por parte do indivíduo, do seu estado de extrema pobreza.

O objetivo central da política Neoliberal é a privatização, viabilizada através de um processo de venda das empresas públicas para investidores e corporações privadas e multinacionais. Essa se torna a principal estratégia do Neoliberalismo na afirmação de LAURELL (2002, p.167).

A privatização [...] atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação, e ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem – estar social.

A política Neoliberal prega que o Estado deve ser o menor possível, não atuando em nenhum setor que possa ser ocupado pela iniciativa privada. Dessa forma, a privatização é nada mais que a venda das empresas estatais para a iniciativa privada, no intuito de manter as contas públicas equilibradas. É

a era da terceirização, onde serviços antes feitos por empresas públicas passam a ser feitos por empresas privadas.

No tocante à América Latina, o termo Neoliberal é associado a posturas políticas profundamente conservadoras, defensoras do livre mercado e da repressão política mais brutal (FEIJÓO, 2002, p. 11).

No Brasil, o Neoliberalismo chegou de forma lenta e gradual, podendo-se afirmar que o fim da ditadura militar marca o início da expansão da política neoliberal, especificadamente nos governos de José Sarney e Fernando Collor de Mello.

Mais foi durante o governo de FHC que realmente o Neoliberalismo se intensificou de uma forma bem mais pragmática, aparente e cruel. Os direitos trabalhistas não eram respeitados e o desemprego estava se alastrando de forma assustadora. As privatizações chegaram ao seu auge, fazendo-nos perder grandes estatais para grupos estrangeiros.

Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos. (NEGRÃO, p.07)

No início do governo de Luiz Inácio da Silva, a adesão ao Neoliberalismo não é diferente, já que há a continuidade da política econômica, envolvendo a ideologia neoliberal, antes trabalhada no governo FHC.

O Neoliberalismo provocou certo retrocesso na qualidade de vida da maioria da população, criando sociedades desiguais, expressando na classe média trabalhadora uma nova forma de pobreza. Cenário favorável para a Questão Social apresentar toda sua força renovada. Diante da conjuntura neoliberal, novas demandas passaram a ser requeridas às empresas, que respondem com as ações de responsabilidade social, tratada no ítem a seguir.

1.2 Aspectos Históricos e as Determinações Institucionais da Responsabilidade Social.

Ao longo da história do desenvolvimento capitalista, as empresas sempre trabalharam apenas na linha da lucratividade, voltando-se para as atividades econômicas e negligenciando, de forma abusiva, a degradação do meio ambiente, como também a produção e reprodução da força de trabalho, ocasionando diversos problemas sociais.

No contexto atual, diante do mundo globalizado no qual vivemos, foram emergindo novas preocupações com os danos causados por essas empresas. Em decorrência de tal realidade, passa a ser exigida por parte da sociedade e de entidades coletivas uma nova postura das empresas no que diz respeito à questão da Responsabilidade Social. Daí, Lima (2005, p. 27) afirma: “A preservação do meio ambiente, a valorização dos direitos humanos, a ética nos negócios e o desenvolvimento sustentável serão importantíssimos nessa questão”.

A Responsabilidade Social além de preservar o meio ambiente e investir no bem-estar de seus funcionários e dependentes, faz com que as empresas passem a assumir suas responsabilidades, não apenas na esfera econômica, mas também na área social.

O tema Responsabilidade Social surge primeiramente nos Estados Unidos, por volta da década de 1960, quando preocupações ambientais começam a ser levantadas internacionalmente. Por volta do ano de 1973, o tema foi difundido em toda a Europa. A partir daí, o assunto passa a ser discutido no meio empresarial de todo o mundo, principalmente nos países que buscavam o seu ideal democrático, terreno fértil para se discutir e propagar idéias de responsabilidade social.

No Brasil, o processo foi mais lento que na Europa e nos Estados Unidos, ganhando impulso só a partir da década de 1990. O conceito de Responsabilidade Social contou com o apoio da Igreja Católica na difusão das

discussões a respeito, tendo como entidade pioneira a Associação dos Dirigentes Cristãos da Empresa.

A partir da criação do conceito de Responsabilidade Social, a maioria das empresas passaram a incluir novos valores à sua atuação empresarial.

O conceito de responsabilidade social traz consigo questões que colocam em destaque outros valores, alheios ao comportamento tradicional de agentes econômicos. Nesse sentido, valores relacionados à ética, ao aspecto social, ao meio ambiente, além de outros, devem caminhar paralelamente na construção de um ambiente sustentável para a sociedade e para a própria organização empresarial [...] (LIMA, 2005, p. 37).

As palavras do autor expõem claramente a importância da incorporação da responsabilidade social nas empresas, defendendo a ideia de que o interesse econômico e o social devem caminhar juntos. No entanto, a importância do papel social surge também como um grande desafio para as empresas, não podendo a sociedade esperar mudanças drásticas em sua forma de atuação, nem muito menos uma solução dos inúmeros problemas sociais, muitas vezes causados por estas. “Porém, a participação desses atores é fundamental, já que as empresas são as principais responsáveis pelo funcionamento de toda a cadeia de relacionamentos de uma sociedade” (LIMA, 2005, p. 42).

No decorrer do tempo, as empresas começam a perceber a grande importância de se inserir no mundo empresarial via-responsabilidade social, transformando - a em estratégia empresarial. LIMA observa que “Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental”. (2005, p. 45).

A empresa passa a ampliar o seu raio de atuação, não mais se limitando à esfera econômica, mas voltando-se, principalmente, para a mobilização em prol do desenvolvimento sustentável, onde o ato voluntário por parte de uma empresa é bastante valorizado. É bem claro que, a partir da incorporação desses valores, ocorreu sem dúvida, uma valorização institucional por parte de toda sociedade.

O desenvolvimento da Responsabilidade Social começa, primeiramente, pelo espaço interno da empresa, tendo sua atuação voltada para os funcionários e seus familiares, referindo-se a questões básicas, como saúde, segurança e uma melhor qualidade do ambiente de trabalho.

Apoiar o desenvolvimento da comunidade e preservar o meio ambiente não são suficientes para atribuir a uma empresa a condição de socialmente responsável. É necessário investir no bem estar dos seus funcionários e dependentes e num ambiente de trabalho saudável [...] (LIMA, 2005, p.45 apud NETO e FROES, 1999, p.45).

O autor deixa claro que seria indispensável investir no desenvolvimento pessoal e profissional, contemplando a valorização profissional e a melhoria da qualidade de vida dos funcionários e de seus dependentes.

A importância do trabalho realizado com o público externo à empresa, ou sociedade e consumidores, passa a ser evidenciada. Nessa nova ótica, as empresas descobrem a necessidade de se preocuparem com os impactos socioeconômicos, como a preservação do meio ambiente e a qualidade de seus produtos.

Para complementar, existe o exercício da gestão social cidadã, que vai além da comunidade e se estende à sociedade como um todo. “Aqui, a empresa amplia o seu leque de investimento social participando de programas, projetos e planos sociais que podem ser ou não conduzidos por ela.” (LIMA, 2005, p. 65). Elas inserem-se socialmente na comunidade, mediante ações de filantropia, promovendo campanhas de conscientização social e de cidadania.

Além do projeto de Responsabilidade Social realizar todas essas mudanças, as empresas passam a ter que apresentar os resultados das ações efetivadas. Portanto, irão demonstrar de forma não obrigatória seu desempenho social, através de relatórios chamados de “balanço social”, que é um documento baseado na ciência contábil, só que de uma forma voltada para a questão da relação socioambiental da empresa. Em outras palavras, demonstra a atuação das empresas no que diz respeito às questões sociais e ambientais.

[...] o balanço social é um instrumento de demonstração das atividades das empresas que tem por finalidade conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias, mais também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, investidores, consumidores e comunidade. (LIMA, 2005, p.116 apud GESET, 2000)

Contudo, muitos consideram o balanço social uma simples peça de marketing, à medida que se torna um instrumento de divulgação do que ela está fazendo de bom.

A ideia do balanço social se propagou na década de 1960, na Europa Ocidental, enfatizando os aspectos de solidariedade humana e planejamento social. O Brasil foi um dos pioneiros a desenvolver essa ideia dentre os países menos desenvolvidos. Mas, só a partir da década de 1990, ela veio à tona, a partir da incorporação da iniciativa do sociólogo Herbet de Souza, o Betinho. Ele lançou uma campanha nacional com intuito de tornar o balanço social uma peça fundamental de participação social das empresas, uma vez que possibilita avaliar e conduzir melhor suas ações socioambientais. Portanto, o balanço Social surge como um referencial para aqueles que, voluntariamente, buscam um melhor exercício de sua responsabilidade para com a sociedade.

Compreende-se, portanto, que a partir do surgimento da Responsabilidade Social, as empresas voltaram a sua conduta para a preocupação com sua imagem social. Passaram a se preocupar, mesmo de uma forma ínfima, com o bem-estar dos funcionários e da sociedade, inserindo-se na comunidade, participando do desenvolvimento de projetos, mediante ações de filantropia. É o caso específico do SESC, que será apresentado no próximo item.

1.3 O Serviço Social do Comércio/SESC e as Demandas Neoliberais

Com a implantação do Estado Novo, na Era Vargas, a política econômica se coloca a serviço da industrialização, viabilizando a expansão do setor industrial, baseada numa estrutura corporativista e na burguesia, defendendo a implementação das ações estatais.

Naquela época, os serviços públicos eram deficitários; não atendiam de forma adequada à população. Novas relações se estabeleciam entre patrões e empregados. A pressão por direitos trabalhistas, isto é, por melhores condições salariais e diminuição da jornada de trabalho, tornou-se marcante nessa relação. O operariado mostrou toda a sua força contra o modo de produção vigente, mesmo sendo vítima de toda forma de repressão por parte do empresariado.

Toda essa pressão por justiça social fez com que surgisse uma nova postura no seio do empresariado, defendendo a integração das reivindicações dos trabalhadores às regras do Estado.

Durante a Conferência das Classes Produtoras, realizada em 02 de maio de 1945, o empresariado do comércio, indústria e agricultura, numa iniciativa inédita, tomou uma decisão impactante: patrocinar o custeio dos serviços sociais e da formação profissional dos empregados.

Essa iniciativa fez com que surgissem as primeiras instituições sociais no Brasil, como resposta às contradições provocadas na sociedade pelo capitalismo. Dentre elas, destaca-se a Legião Brasileira de Assistência – LBA, primeira grande instituição nacional de assistência social. Pouco tempo depois, surgem o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com o propósito de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários; o Serviço Social da Indústria – SESI, com o intuito de estudar, planejar e executar medidas visando ao bem – estar do trabalhador da indústria; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, e por fim o Serviço Social do Comércio - SESC, instituição que enfocaremos.

Diante das dificuldades decorrentes da segunda guerra mundial e do dever do Estado em promover o bem-estar, proporcionando assistência social ao comerciário, surge no Brasil, em 1946 o Serviço Social do Comércio – SESC, criado por ação dos empresários e organizações sindicais com objetivo de atender às demandas sociais dos trabalhadores do comércio, de seus

dependentes e da comunidade em geral, visando ajudar o país a enfrentar seus problemas sociais e econômicos, aprofundados no pós-guerra.

Assinado pelo então presidente General Eurico Gaspar Dutra, o Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio com recursos proporcionados pelos empregados, oriundos de sua contribuição compulsória.

A finalidade do SESC era promover o bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social e cultural do trabalhador do comércio e de seus familiares, bem como da comunidade em geral, através de ações destinadas à promoção e reintegração social.

A missão do SESC é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de bens e serviços, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiários e de excelência (YOSHIDA, p. 06, 2004).

Fica explícito que o objetivo do SESC seria planejar e executar medidas que pudessem contribuir para o bem-estar dos trabalhadores, de suas famílias e da comunidade em geral, de forma direta ou indireta. Em um contexto de aprofundamento das contradições sociais. Assim, a instituição colocava à disposição de seu público-alvo, atividades e serviços em diversas áreas: cultura, esporte, lazer, atividades físicas, turismo social, odontologia e saúde.

O SESC ganhou configuração jurídica a partir do decreto lei nº. 61.836 de 05.12.1967, como instituição de direito privado, com fins públicos, que se expande por todo território nacional, seguindo a seguinte estrutura organizacional:

- Conselho Nacional – órgão deliberativo;
- Departamento Nacional – órgão executivo;
- Conselho Fiscal – órgão de fiscalização financeira.

No âmbito regional, o SESC estrutura-se da seguinte forma:

- Conselho Regional – órgão deliberativo;
- Departamento Regional – órgão executivo.

Durante sua trajetória, o SESC sofreu inúmeros desafios, sobretudo nos anos de 1987 e 1988, período da Assembléia Constituinte, momento em que foi discutida a legitimidade da instituição e sua possível extinção. Na década de 1990 ocorreram inúmeras pressões políticas no Congresso Nacional, com críticas à estrutura de funcionamento e tentativas de cortes de sua receita. Todavia, as respostas aos problemas enfrentados pelo SESC serviram de argumento, para em 1997 haver a criação da Ação Finalística: documento no qual ficaram explicitados todos os seus fundamentos e finalidades, como também sua função educativa e sua clientela assistida, o que significou uma defesa institucional para sua existência.

Na Paraíba, o SESC foi fundado entre os anos de 1948/1949 e, em Campina Grande - PB, no ano de 1950. Sua primeira unidade operacional situou-se às margens do Açude Velho. Em 1999, mais uma unidade operacional foi criada em Campina Grande, localizada no centro da cidade.

No contexto Neoliberal que vivenciamos, com a mínima participação do Estado nos assuntos sociais, exige-se uma nova postura das empresas no âmbito das práticas sociais. Partindo deste pressuposto o SESC passa a desenvolver um trabalho de responsabilidade social frente à comunidade, através programa Banco de Alimentos, detalhado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II. O BANCO DE ALIMENTOS: UM PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE

2.1 Do Mesa Brasil ao Banco de Alimentos

O processo histórico da humanidade está marcado por inúmeras conquistas. Nas últimas décadas, significativos avanços foram sentidos na tecnologia, como o desenvolvimento das telecomunicações, microeletrônica, biotecnologia, entre outras. Contudo, esses avanços e conquistas não se deram em todas as áreas, sobretudo na social. Os efeitos da desigualdade não foram eliminados, mas transformaram-se nos mais variados tipos de problemas sociais. Como exemplo, destacamos o problema da fome que não foi eliminada, apesar de tantos avanços, atingindo não apenas os países considerados pobres, mas também os países ricos.

A fome no nosso país é de certa forma um paradoxo, pois o Brasil é considerado um dos maiores produtores de gêneros alimentícios do mundo, que tem recursos suficientes para alimentar normalmente toda a sua população formada por 190.732.694 pessoas. Porém, ainda existem pessoas que mesmo diante de tanta abundância, ainda padecem de fome. O cerne desse problema não está apenas na forma de produzir, e sim, na péssima distribuição de renda, no acesso à terra. A fome é a maior consequência dessa discrepância social, que tem como importante causa a centralização, por uma minoria, das riquezas produzidas. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002 um terço dos brasileiros sofria de desnutrição em consequência da desigualdade social e não por escassez de alimentos.

Apesar de divulgar-se, atualmente, que a fome no Brasil foi erradicada, através de programas emergenciais, o problema não foi eliminado totalmente. Significativa parcela da população ainda sofre de desnutrição. Segundo dados de IBGE, em 2009, a falta de alimentos ainda causa uma aguda *insegurança* ao Brasil, principalmente na região Nordeste, onde atinge 46,1% dos domicílios.

A desigualdade social aprofundada pelo neoliberalismo contribui para a exclusão socioeconômica da maior parte das familiares brasileiras, no que tange ao acesso à proteção social básica, com destaque para a permanência da fome.

Diante disso, foram criados, por parte do Estado, vários projetos para minimizar os efeitos da fome, dentre eles o FOME ZERO¹, que tem como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social da população mais vulnerável à fome.

Uma fatia do mundo empresarial também demonstrou sua parcela de preocupação diante dos problemas gerados pela desigualdade social, em especial pela questão da fome, o que motivou o surgimento de inúmeras iniciativas e projetos sociais de combate a esse problema.

Nesse contexto, o SESC instituiu, em 1990, o MESA BRASIL SESC, programa de responsabilidade social voltado para a redução da fome, da desnutrição e do desperdício de alimentos, embora seu público-alvo não sejam os famintos e sim, os comerciários e suas famílias.

O MESA BRASIL SESC é um programa de segurança alimentar e nutricional voltado para a inclusão social, constituindo-se numa rede nacional de solidariedade contra a fome e o desperdício. É um trabalho de compromisso social e tem na parceria, que envolve diversos segmentos da sociedade, a base de sustentação de todas suas ações. Demonstra, na prática, que a união de vários organismos sociais pode responder de maneira eficaz às dificuldades que afligem o país.

O programa atua de forma conjunta com empresas privadas e estatais, instituições sociais, voluntários e a sociedade como um todo, no esforço de amenizar as carências alimentares e o desperdício de alimentos. Baseia-se no cumprimento dos direitos sociais básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988, na qual a alimentação é um direito fundamental de todo e qualquer cidadão brasileiro. Esse direito social básico não se estende a todas as

¹ Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

peçoas, o que exige ações capazes de enfrentar essa situação duplamente perversa: a fome e o desperdício de alimentos.

O programa MESA BRASIL SESC atua em boa parte dos estados brasileiros e, na sua maioria dos casos, utiliza a mesma denominação, porém, em alguns Estados, adota outra nomenclatura, como na Paraíba, onde é conhecido como Banco de Alimentos. Neste Estado, o programa surgiu no ano de 2002 e a primeira cidade contemplada foi João Pessoa. O Banco de Alimentos foi implantado e guiado por três objetivos:

- **Minimizar o desperdício de alimentos.**
- **Colaborar com instituições assistenciais sem fins lucrativos.**
- **Cooperar para uma sociedade mais justa.**

Em 2004, o Banco de Alimentos chegou a Campina Grande e, logo em seguida, passou a existir também nos municípios de Patos e Guarabira. Suas ações estão voltadas para:

- Fornecer alimentos e combater o desperdício.
- Expandir as ações para a comunidade em geral e as áreas circunvizinhas para atingir a sociedade como um todo.
- Promover ações educativas e profiláticas voltadas para as instituições atendidas.

Operacionalmente, o Banco de Alimentos **busca onde sobra e entrega onde falta**. Seu papel é recolher os alimentos doados, selecioná-los, empacotá-los e redistribuí-los imediatamente às instituições cadastradas como receptoras. O trabalho de selecionar os alimentos doados tem como objetivo garantir seu melhor aproveitamento. No caso de haver uma doação de maior quantidade, o excedente é redistribuído com a comunidade carente, em geral. O programa também atende instituições beneficentes de áreas circunvizinhas ao município que possui o Banco de Alimentos.

Além de desenvolver o trabalho de distribuição de alimentos, o programa proporciona ações educativas nas áreas da nutrição e assistência social. Essas

ações diferenciam este de outros programas, melhorando a formação dos agentes multiplicadores das instituições e da comunidade. Desta forma, como foi mostrado, o Banco de Alimentos possibilita a complementação alimentar de todas as pessoas assistidas pelas instituições cadastradas.

2.2 O Processo de Criação e Desenvolvimentos do Banco de Alimentos em Campina Grande - PB.

O programa Banco de Alimentos foi implantado em Campina Grande pelo Departamento Regional do SESC da Paraíba, em parceria com o projeto MESA BRASIL SESC. A partir de sua criação, o trabalho foi direcionado na perspectiva de ressaltar a importância do dizer **não ao desperdício alimentar**.

A ação iniciou-se no dia 12/08/2004, com uma coleta de alimentos realizada na Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA, junto aos permissionários de produtos hortifrutigranjeiros. Em seguida, veio a divulgação da proposta do Banco de Alimentos realizada a partir de campanhas, e a efetivação de parcerias, com a captação de doadores, que são micros, pequenos, médios e grandes empresários da área de alimentação. Entre eles, estão os vendedores permissionários da EMPASA, frigoríficos e supermercados, e de outros segmentos da sociedade. Em 2010, só na EMPASA, o Banco de Alimentos contava com 248 doadores.

Para ser doador não é exigido nenhum pré – requisito. Basta informar à equipe operacional a sua decisão e será preenchida uma ficha de identificação. Também não é exigido do doador que ele seja permanente, ele pode ser eventual, depende apenas da sua disponibilidade.

A arrecadação dos alimentos é feita diariamente. Concomitantemente, é divulgado o destino final das doações, buscando criar credibilidade para o programa e o fortalecimento do elo de doação. Essa arrecadação diária também é feita junto à rede de supermercados do município, coletando alimentos que, apesar da boa qualidade, seriam destinados ao lixo.

Além do envolvimento dos doadores da EMPASA, das empresas e de outros segmentos, o programa em Campina Grande abre espaço para a prática

de ações voluntárias, sendo uma característica diferencial, já que em outras entidades do Estado essa prática foi extinta. Os voluntários disponibilizam dois dias na semana para ajudar na seleção dos alimentos doados.

O recolhimento das doações é feito seguindo dois modelos operacionais: a Colheita Urbana e Colheita Rural².

A primeira é a matéria prima desse modelo. Diariamente, ocorre a coleta de alimentos perecíveis junto aos diversos doadores, que são distribuídos de forma imediata para as instituições sociais cadastradas. Assim, não possui estoque. Em relação aos não perecíveis, o Banco estoca todos e os repassa, posteriormente, às instituições sociais cadastradas. Antes da existência do Banco, os alimentos que hoje são objeto da Colheita Urbana tinham o lixo como seu destino final.

O segundo é realizado diretamente no campo, ou seja, ocorre quando a colheita de um determinado produto ocasionará prejuízo para o produtor/doador, se não for comercializada de imediato. Nesse caso, o Banco de Alimentos é chamado para recolher o alimento. Na maioria das vezes, são produtos de ótima qualidade, porém, perecíveis, exigindo repasse imediato aos beneficiários. Esse tipo de colheita é feita, também, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB³, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁴

Essa parceria existe desde 2009, proporcionando uma arrecadação que chega a três toneladas de alimentos por colheita. A CONAB compra os alimentos que iriam para o mercado, beneficiando tanto os pequenos

² A colheita rural não é realizada diariamente, apenas quando o doador solicita. Quanto aos horários fica à critério do doador, mas normalmente os produtos são colhidos pela manhã, sendo o repasse imediato para as instituições parceiras.

³ A Companhia Nacional do Abastecimento - Conab, é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991. É a empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado.

⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar.

produtores, com a venda certa de sua produção, quanto as instituições cadastradas por recebem alimentos de ótima qualidade.

As doações contribuem para que o Banco de Alimentos/SESC atenda a 75 instituições cadastradas. Entre elas estão creches, asilos, ONGs, escolas e outras entidades filantrópicas situadas em Campina Grande e em alguns municípios circunvizinhos. São instituições que recebem doações de formas sistemáticas ou eventuais: a primeira tem a garantia de receber as doações duas vezes por semana; já a segunda, só as recebe se houver um excedente.

Para ser beneficiada pelo programa Banco de Alimentos é preciso que a instituição atenda a algumas exigências, tais como: apresentar o número do CNPJ, e Estatuto institucional e inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. A partir daí, elas preenchem uma ficha cadastral, para informar: seu público-alvo, o número de pessoas atendidas, o número de refeições servidas, os equipamentos disponíveis para a preparação e armazenamento dos alimentos e o número de funcionários que preparam as refeições. Posteriormente, ocorre uma visita técnica visando a conferir os dados apresentados, assim como a avaliar as condições das instalações da cozinha. No final, é assinado um termo de compromisso entre as partes, no qual o Banco de Alimentos se compromete a doar os alimentos adequados ao consumo, cabendo à instituição utilizá-los de maneira adequada. A instituição conveniada terá que participar de reuniões e treinamentos com a equipe do Banco de Alimentos, para se informar tanto das ações, como das exigências do programa, e para sugerir melhorias no programa. A não participação nos treinamentos e reuniões, bem como possíveis violações do termo de compromisso, acarretará o descredenciamento da instituição.

2.2.1 Ações Educativas em Campina Grande – PB.

Em Campina Grande - PB, o Banco de Alimentos/SESC também desenvolve ações educativas de caráter interdisciplinar nas áreas de nutrição e de assistência social. Na primeira, são promovidas oficinas de aproveitamento integral dos alimentos, visando ao preparo adequado e nutritivo das refeições

destinadas aos funcionários e usuários. São oferecidos cursos e demonstrações em aulas práticas na cozinha do SESC ou na própria instituição atendida, com preparação de pratos mais nutritivos, enriquecidos com as doações que recebem, associando economia e sabor aos alimentos. Essa ação educativa é realizada de acordo com a meta cobrada pelo SESC.

Com relação à área da assistência social, as ações realizadas viabilizam o acesso às informações e esclarecimentos sobre os direitos do cidadão brasileiro, trabalho que é desenvolvido por estagiários de Serviço Social, através de palestras e oficinas, tendo como público-alvo os usuários das instituições atendidas. É um trabalho sócio educativo relevante, que apresenta significativo retorno social. Em Campina Grande, ele passou a ser obrigatório a partir de 2009, ou seja, cinco anos depois de sua criação. Antes de 2009, os estagiários de Serviço Social apenas davam suporte à área de saúde, tendo que dominar assuntos que não diziam respeito à profissão de assistente social. No próximo capítulo iremos detalhar as ações realizadas durante o estágio, e os desdobramentos dessas ações, exibidos na realização da pesquisa.

CAPÍTULO III. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A PESQUISA

3.1 Campo de Estágio: O Serviço Social do Comércio em Campina Grande/PB

O SESC chegou a Campina Grande – PB, no ano de 1950, com uma unidade operacional situada às margens do Açude Velho, tendo como objetivo proporcionar aos comerciários e seus dependentes serviços de educação física e esportiva, recreação infantil e trabalho social com idosos.

Em 1999, o SESC inaugurou, em Campina Grande, sua segunda unidade operacional, na Rua Jiló Guedes, nº 650, no centro da cidade. Essa unidade dispõe de diversos serviços, como atendimento odontológico, cursos supletivos, biblioteca, trabalho social com idosos, atividades culturais e Banco de Alimentos.

O SESC Centro dispõe de um espaço amplo e privilegiado que conta com ótimas instalações e equipamentos necessários ao funcionamento de cada setor, viabilizando um melhor desenvolvimento das atividades diárias. Os diversos setores possuem um espaço específico para o desempenho de suas atividades, microcomputadores e data shows, com exceção do grupo da terceira idade, que utiliza equipamentos de outros setores. No que diz respeito ao Banco de Alimentos, possui dois caminhões para coleta, duas câmaras frigoríficas, uma enorme cozinha para selecionar os alimentos, microcomputadores, telefones e aparelhos celulares.

Do ponto de vista a organizacional, o SESC é composto pelos seguintes setores:

- Setor Administrativo - composto pela Gerência, Centro de Processamento de Dados - CPD, tesouraria, contabilidade, almoxarifado, recepção e garagem.

- Setor da Educação - desenvolve o programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA.
- Setor de Cultura – dispõe de um cine teatro, que leva as informações culturais para os comerciários e seus familiares, tendo como um de seus trabalhos mais conhecidos o palco giratório⁵.
- O setor da Saúde – na Odontologia possui uma unidade móvel odontológica e um consultório especialmente adaptado para o atendimento dos filhos dos comerciários.
- O setor da Assistência Social - desenvolve com a Terceira Idade programas e atividades de integração e socialização, como: cursos, excursões, danças, teatro, oficinas e exercícios físicos. Coordena o Banco de Alimentos que combate a fome e o desperdício de alimentos.

Quadro de pessoal técnico e de apoio do SESC:

- Setor Administrativo: A matrícula conta com três funcionários; Centro de Processamento de Dados – CPD com um técnico em computação; a tesouraria com dois auxiliares administrativos e dois estagiários; o almoxarifado com um funcionário e um estagiário; a recepção com duas recepcionistas; a garagem com três funcionários e seis auxiliares de serviços gerais para toda a unidade; a gerência com uma coordenadora, uma auxiliar administrativa e uma gerente e a contabilidade com dois funcionários e uma estagiária.

⁵ O Palco Giratório perpetua hoje a tradição mambembe, normalmente vinculada a gerações anteriores de atores que percorriam o Brasil com seus espetáculos, por meio de alternativas próprias ou aproveitando as que o mercado oferecia. Sai do tradicional eixo sul, consolidando novas praças e ampliando as platéias. Esses caminhos resultam na difusão da rica diversidade cultural de nosso país, que deve ser pesquisada e trabalhada.

- Setor da Educação: possui uma coordenadora, dois secretários e vinte e dois professores; a biblioteca dispõe de duas bibliotecárias e um estagiário.
- Setor da Cultura: conta com a participação de um coordenador, dois secretários e quatro estagiários.
- No setor da Saúde: a Odontologia conta com o apoio de duas dentistas, sendo uma destas a coordenadora e mais três estagiárias.
- Setor da Assistência Social: A terceira idade possui uma assistente social e duas estagiárias; o Banco de Alimentos, uma assistente social (coordenadora), um auxiliar administrativo, dois motoristas, cinco auxiliares de serviços gerais, uma nutricionista e três estagiárias.

3.2. O Estágio Supervisionado e o Banco de Alimentos

O interesse de estagiar no SESC surgiu pela necessidade da formação profissional, e também, porque o estágio em tal instituição poderia nos possibilitar um enriquecimento teórico – prático importante para a nossa formação em Serviço Social, apresentando desafios e possibilidades para a ação profissional.

Na qualidade de aluna do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, fui selecionada como estagiária eletiva (bolsista) do SESC e encaminhada para o programa Banco de Alimentos, em abril de 2009. Naquele mesmo semestre, o estágio eletivo foi também reconhecido como curricular, isto é, supervisionado, revestindo-se, assim, de fundamental importância no processo de formação profissional. O estágio supervisionado é o único momento que possibilita ao estudante de serviço social vivenciar a prática profissional.

3.2.1 Primeiro Momento – Estágio Eletivo

Na condição de estagiária eletiva fui encaminhada para o Banco de Alimentos. A partir das observações diárias, identificamos que o trabalho ali desenvolvido se limitava ao desenvolvimento de ações assistencialistas e burocráticas. Envolve atividades direcionadas para ampliar o quadro de doadores dos alimentos.

Posteriormente, a equipe de estagiárias sob a coordenação de uma funcionária ligada à Administração do SESC, foi designada para proceder a coleta de alimentos doados pelos comerciantes permissionários da EMPASA, uma vez por semana. Com a saída daquela profissional, as estagiárias de serviço social assumiram a referida coleta e passaram a realizá-la com mais frequência.

O trabalho era feito através do contato direto com os doadores. Esclarecíamos suas dúvidas a respeito do programa, como também do destino final das doações, antes jogadas no lixo ou vendidas para criações de animais.

No decorrer do estágio, essa prática foi tomando outra direção, voltando-se para as ações educativas.

Durante um encontro dos Bancos de Alimentos da Paraíba, foi constatado que as ações educativas de Campina Grande – PB, não estavam atingindo a porcentagem mínima de metas estabelecida pelo SESC, o que resultou numa cobrança maior da instituição quanto ao trabalho das estagiárias de Serviço Social, independentemente de haver planejamento e orientação técnica. Até então, a atuação das estagiárias resumia-se a trabalhos burocráticos, cobranças e visitas à EMPASA, o que o tornava extremamente cansativo.

O primeiro momento do estágio supervisionado deve contemplar o conhecimento da instituição. Mas, a condição de estagiária eletiva nos levou a antecipar esse momento, uma vez que a observação tinha que andar junto à intervenção, segundo as exigências do SESC.

Como nosso interesse maior era obter algum tipo de experiência profissional, passei a fazer um levantamento das instituições cadastradas no

Banco de Alimentos, de acordo com o público atendido, tendo em vista a realização de um projeto de caráter educativo.

Primeiramente, pensamos trabalhar com as instituições que atendiam os idosos, porém, estas demonstraram inúmeras dificuldades para receber os estagiários. Partimos, então, para as que atendiam crianças e adolescentes e obtivemos uma ótima aceitação. As instituições selecionadas foram três:

1. Casa de Caridade Padre Ibiapina – Fundada em 02 de maio de 1958, pela Irmã Cícera Cecília Feitosa, situada na Rua Sargento Edson Sales, 627 – José Pinheiro. Suas instalações físicas são de ótimo padrão. Possui uma excelente cozinha com refeitório, sala de artes, brinquedoteca, uma capela, várias salas, banheiros e uma ampla área de lazer. Trata-se de uma instituição de caráter não governamental, sem fins lucrativos, que atende 180 crianças do sexo feminino, na faixa etária entre 06 e 13 anos, que vivem em situação de risco social e pessoal e residem nos bairros de José Pinheiro, Monte Castelo e Glória I e II, oferecendo-lhes acompanhamento escolar do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, reforço escolar, atividades artesanais (pintura, crochê, bordado) e três refeições diárias.

2. Legião da Boa Vontade - LBV – Apesar de ter sido fundada no ano de 1950, só passou a funcionar, em Campina Grande, no ano de 1970. Está situada na Avenida Getúlio Vargas, 837, no bairro da Prata. Suas instalações são de ótimo porte, possuindo brinquedoteca, várias salas, cozinha com refeitório e vários banheiros. Atende aproximadamente cinquenta crianças na faixa etária entre os 06 e 11 anos e onze meses, que vivem em estado de vulnerabilidade social, bem como às suas famílias, residentes nos bairros do Monte Santo, Bela Vista, Conceição e Buraco da Jia. A instituição oferece reforço escolar e atividades voltadas à reinserção social.

3. Fundação Sementes de Vida - Fundada há aproximadamente 8 anos. Localiza-se na rua Dr. Joaquim Amorim Neto, s/n – Catolé. Possui ótimas instalações físicas: auditório, cozinha com refeitório, sala de música, consultório odontológico, várias salas de aula, vários banheiros e uma ampla

área de lazer. Atende a cerca de 100 crianças que vivem em situação de risco, oferecendo acompanhamento escolar da alfabetização ao 5º ano do ensino fundamental e outras atividades de caráter educativo e cultural como aulas de música.

No momento seguinte ao da escolha das instituições como local para intervenção, definimos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA como objeto de estudo. Planejamos realizar uma exposição de forma lúdica, com fantoches, para possibilitar uma melhor fixação do assunto, considerando o nosso público – crianças. Levamos também para as instituições uma cartilha em forma de gibi, como forma de incentivar as crianças a lerem e conhecerem seus direitos e deveres.

Apresentamos o ECA para crianças e adolescentes na faixa etária entre 5 e 15 anos. Inicialmente, fundamentamos os princípios básicos de tão importante Lei, de forma bastante descontraída e acessível, utilizando fantoches como apresentadores. Em seguida, interagimos com as crianças e adolescentes tentando esclarecer todas as suas dúvidas. Por último, distribuimos cartilhas sobre o ECA e incentivamos os educadores a trabalharem o seu conteúdo.

3.2.2 Segundo Momento – Estágio Supervisionado e a Pesquisa

Nosso primeiro contato com o SESC se deu por força do estágio eletivo, que, posteriormente, se tornou supervisionado por determinação do curso de Serviço Social da UEPB. Assim, quando iniciamos o estágio supervisionado propriamente dito, já conhecíamos a instituição, sua organização funcional, os programas que desenvolvia e já havíamos iniciado nossa prática interventiva indicada pelo Banco de Alimentos.

Desde aquele momento, passamos a imprimir outra direção ao estágio, tomando por base a sua importância para a formação profissional do assistente social, uma vez que ele “oportuniza uma primeira aproximação do aluno com o espaço da prática profissional” (OLIVEIRA, 2004, p.71). Dessa forma, o estágio possibilita a:

Qualificação discente para o exercício profissional respaldado numa tríplice dimensão: os dados da realidade, objeto de intervenção; a recorrência a conhecimentos e referências teóricas abstraídas do conhecimento cumulativo e treinamento para a ação profissional. (SILVA apud OLIVEIRA, 1994, p. 149).

A autora nos chama atenção para a importância do estágio como treinamento profissional qualificado, capaz de atender as necessidades postas na prática cotidiana dos assistentes sociais.

As atividades trabalhadas pelo Banco de Alimento nos levaram a identificar que o Serviço Social precisava priorizar suas atividades na área educacional, junto às instituições beneficiadas pelo programa.

Apresentamos o ECA para os alunos das três instituições selecionadas, com o objetivo de despertar o sentimento de cidadania, naquelas crianças. Durante o estágio supervisionado, sentimos a necessidade de investigar quais foram os desdobramentos da nossa prática anterior, para conhecermos qual era a visão dos beneficiários sobre as ações educativas desenvolvidas pelo programa. Tal investigação exigiu a realização de uma pesquisa junto às instituições onde apresentamos o Estatuto da Criança e do Adolescente - Casa de Caridade Padre Ibiapina, Legião da Boa Vontade e Fundação Sementes de Vida.

O detalhamento da pesquisa será apresentado a seguir.

3.3. Proposta Metodológica da Pesquisa

Do universo institucional trabalhado pelo Banco de Alimentos, escolhemos como amostra da pesquisa três instituições receptoras do Banco de Alimentos, nas quais divulgamos o Estatuto da Criança e do Adolescente. **O objetivo geral foi investigar a repercussão da nossa intervenção junto à Casa de Caridade Padre Ibiapina, a Legião da Boa Vontade e a Fundação Sementes de Vida**, tendo como sujeitos professores e representantes das diretorias de cada instituição trabalhada e, como objetivos específicos:

- **Traçar o perfil das instituições acima citadas.**
- **Identificar as suas percepções sobre o trabalho desenvolvido pelo Banco de Alimentos.**
- **Conhecer as visões relativas ao desenvolvimento de ações educativas.**

A presente pesquisa foi realizada no decorrer do período de agosto a setembro de 2010. Seguiu uma abordagem semiquantitativa, isto é, não desconsiderou os dados quantitativos para melhor caracterizar a realidade estudada, fundamentada em Minayo (1994, p. 21) que afirma:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativo. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada porque “é através dela que o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais”(MINAYO,1994, p.57). Para tratamento dos dados coletados, foi utilizada a análise de conteúdo que permite compreender criticamente o sentido das falas e suas significações. Segundo Minayo, (1994, p. 74), a análise de conteúdo permite encontrar respostas para as questões formuladas e também confirmar ou não informações estabelecidas antes do trabalho de investigação.

No momento da realização das entrevistas, nos deparamos com um significativo dificultador: os professores, selecionados como sujeitos, não se encontravam dando aulas nas instituições pesquisadas. O período de tempo que separou a divulgação do ECA e a pesquisa foi suficiente para estes deixarem o quadro de pessoal das instituições pesquisadas. Diante deste fato, os representantes das diretorias das três instituições passaram a ser os sujeitos.

3.4. Avaliação dos Resultados da Pesquisa

3.4.1 Perfil Institucional

Tabela 01- Instituições Pesquisadas e Tempo de Funcionamento

Instituição	Tempo de Funcionamento
Casa de Caridade Padre Ibiapina	52 anos
Legião da Boa Vontade	40 anos
Fundação Sementes de Vida	8 anos

Fonte: pesquisa realizada em 2010.

Tabela 02 – Dias e Horários de Funcionamento

Instituição	Dias	Turnos e Horários
Casa de Caridade Padre Ibiapina	Segunda à Sexta	Das 7:00 hs às 21:00 hs
Legião da Boa Vontade	Segunda à Sexta	Das 8:00 hs às 17:00 hs
Fundação Sementes de Vida	Segunda à Sexta	Das 7:00 hs às 17:00 hs

Fonte: pesquisa realizada em 2010.

Em relação ao público beneficiado pelas instituições pesquisadas, todas atendem crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, incluindo suas famílias.

Tabela 03 - Atividades Desenvolvidas

Instituição	Atividades Desenvolvidas
Casa de Caridade Padre Ibiapina	Ensino de 1º ao 5º ano; Semi-internato para crianças do sexo feminino; Reforço escolar; Oficinas de trabalhos manuais, canto e noções de informática. Palestras educativas para as famílias dos alunos.

Legião da Boa Vontade	Ensino regular de 1º ao 5º ano; Reforço Escolar; Programas sócio – educativos.
Fundação Sementes de Vida	Ensino regular integral da alfabetização ao 5º ano.

Fonte: pesquisa realizada em 2010.

3.4.2 Situação Econômico – Financeira

Tabela 04 - Sobrevivência Financeira

Instituição	Recursos Financeiros
Casa de Caridade Padre Ibiapina	Recursos da própria Instituição. Fundo Nacional de Combate à Pobreza. Doações da comunidade em Geral. Parceria com Município e Estado. Doação do Banco de Alimentos
Legião da Boa Vontade	Recursos da própria Instituição. Doações através de campanhas de telemarketing. Doações da Comunidade em geral. Doações do Banco de Alimentos
Fundação Sementes de vida	Recursos da própria Instituição. Parceria com Município e Estado. Doações da Comunidade em geral. Bazares e Eventos. Doações do Banco de Alimentos

Fonte: pesquisa realizada em 2010.

A partir dos dados coletados apresentados acima, observamos que todas as instituições pesquisadas dispõem de recursos próprios, embora não sejam suficientes para a sua manutenção. Assim, elas dependem da ajuda de outras fontes, as quais determinam o atendimento numérico de crianças. Foi verificado que duas delas contam com a parceria do Estado e do Município, no pagamento de parte do seu funcionalismo.

Tabela 05 – Doações Recebidas

Instituição	Contribuições
Casa de Caridade Padre Ibiapina	Banco de Alimentos;

	Programa Fome Zero; Colégio Imaculada Conceição e Colégio Virgem de Lourdes.
Legião da Boa Vontade	Banco de Alimentos; Comunidade em geral.
Fundação Sementes de Vida	Programa Banco de Alimentos; Dotações orçamentárias da Prefeitura; Comunidade em Geral.

Fonte: pesquisa realizada em 2010.

Tabela 06 - Quadro de pessoal e vínculos trabalhistas

Instituição	Pessoal	Vínculo Trabalhista
Casa de Caridade Padre Ibiapina.	30 pessoas	CLT e voluntários
Legião da Boa Vontade.	10 pessoas	CLT voluntários
Fundação Sementes de Vida.	32 pessoas	CLT

Fonte: pesquisa realizada em 2010.

3.4.3 Relação Banco de Alimentos e Instituição

No que diz respeito à opinião sobre o programa Banco de Alimentos, os dados coletados demonstraram que praticamente todas as instituições têm uma opinião bastante positiva em relação ao programa. Consideram um suporte nas doações de alimentos. Já com relação às ações sócioeducativas fica evidente que deveriam ser mais presentes. Vejamos as falas abaixo:

Tem sido um suporte muito positivo para a nossa Instituição, uma vez que disponibiliza semanalmente doações de alimentos, só nas ações educativas que acho que as meninas teriam que vir mais vezes, trazer temas sobre infância [...] (Entrevista 01).

É um instrumento de articulação entre instituições. É um parceiro que desenvolve um trabalho muito bom no que faz, tem comprometimento e faz o trabalho de forma concreta e transparente, isso com relação às doações de alimentos. Com relação às ações educativas acho que falta bastante a presença das estagiárias de Serviço Social, seria tão importante virem mais vezes (Entrevista 02).

Na verdade essas doações que a gente vai pegar lá é um suporte muito bom. Antes, até o ano passado, a gente percebia que vinha muita coisa estragada, que chegávamos a jogar doações inteiras fora. Uma coisa que não vejo muito atuante são as ações educativas, deveriam trabalhar mais essa questão porque é importantíssimo para as instituições [...] (Entrevista 03).

Diante do exposto, fica claro que o programa Banco de Alimentos é bem comprometido no que diz respeito às doações de alimento. No tocante às ações educativas, que deveriam ser o diferencial do programa, estas ficam a desejar, uma vez que a doação dos alimentos responde apenas a uma questão meramente assistencialista. Assim afirmaram:

É um apoio significativo, pois além do apoio alimentar é disponibilizado, mesmo que em pequena escala ações educativas de extrema importância [...] (Entrevista 01).

Representa um trabalho de comprometimento, pois em nenhum momento o Banco de Alimentos nos deixou de doar alimentos, já às ações educativas deveriam ser mais presentes nas instituições atendidas pelo programa (Entrevista 02).

[...] Vem a contribuir com o trabalho que a gente desenvolve, porque fazer um trabalho desse não é nada fácil ai tendo esse suporte através das doações que é sempre bem vindo, porque agente sempre precisa dessas ajudas (Entrevista03).

As falas comprovam mais uma vez que as doações são sempre bem vindas; que as instituições as classificam como um apoio, um complemento ao trabalho que desenvolvem, mas deixam nítida a importância das ações sócio educativas:

Seria interessante voltar-se mais para elas a exemplo do trabalho desenvolvido com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Palestras desse tipo deveriam ser mais constantes (Entrevista 01).

O alimento é sempre bem vindo, pois nos ajuda a complementar as refeições dos nossos usuários, deveriam trazer também mais vezes trabalhos educativos como os que apresentaram com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Entrevista 02).

Acho que melhorou a qualidade dos alimentos se melhorarem ótimo e também trazer mais ações do tipo do Estatuto da Criança e do Adolescente (Entrevista 03) .

Com relação à repercussão que trouxe o trabalho sócioeducativo desenvolvido nas instituições:

Apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente de forma lúdica foi bastante interessante, porque prendeu bem mais a atenção das crianças com relação ao assunto. Depois foi feita uma entrevista com as mães sobre como as crianças se comportaram diante das informações e as mães gostaram muito e pediram que houvesse mais vezes palestras educativas para as crianças (Entrevista 01).

Foi legal porque nós sempre estamos trabalhando com essa questão do Estatuto da Criança e do adolescente e apresentar este de forma lúdica se tornou bem mais interessante para as crianças. Que bom seria se tivesse mais momentos como esse [...] Repercutiu bastante entre as crianças, tanto na própria instituição como em seus lares (Entrevista 02).

Olhe, eu achei interessante, primeiro porque foi um assunto de bastante importância no mundo deles, assim como eles são crianças que vivem em situação de risco que vivenciam muito daquilo que foi falado [...] Assim, mexeu muito com eles é tanto que a gente percebeu que as crianças tinham muitas dúvidas, ficando ansiosas [...] (Entrevista 03).

As falas anteriores demonstraram a extrema importância de uma ação dessa natureza frente às instituições receptoras. Destacaram o valor da forma adequada de trabalhar com crianças, salientando, que se não tivéssemos prendido a atenção das crianças com fantoches, deixando-as à vontade para perguntar e interagir, certamente a plateia não teria se motivado.

Com relação à continuidade de ações de natureza educativa, ouvimos as seguintes declarações:

A necessidade continua, pois ano passado foi a primeira vez que trouxeram palestras desse tipo para a Instituição e foi muito importante para o desenvolvimento social das crianças [...] (Entrevista 01).

Acho que tinha que ser um trabalho de continuidade. Seria bom que viessem mais vezes [...] que seja mais presente nas

instituições. O trabalho sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente foi muito bom, mas teria que ter a continuidade do trabalho, deveriam passar isso para os outros estagiários (Entrevista 02).

[...] Um trabalho dessa natureza é sempre bem vindo porque doar alimento por doar não é interessante, mais o trabalho que diz: estou aqui para ver a coisa funcionando e também para as crianças conhecerem o trabalho do Banco de Alimentos e ainda mais com um tema como este seria muito bom se tivessem continuado esse ano [...] (Entrevista 03).

As falas acima evidenciam que as instituições sentem necessidade de dar prosseguimento às atividades de caráter educativo, mostrando que é de extrema importância para seus usuários. Levar o Estatuto da Criança e do Adolescente às instituições foi uma novidade que deverá ter continuidade nos anos posteriores. Em relação a isto, ouvimos o que segue:

Teria sido bem interessante se neste ano tivessem dado continuidade ao trabalho que desenvolveram ano passado, pois só assim seria de fato consumado o desenvolvimento psico social das crianças (Entrevista 01).

Com certeza muito útil. O Banco de Alimentos teria que ter sua presença mais continua. O Banco de Alimentos trabalha com famílias, com associações, não sei se é a falta de profissionais [...]. (Entrevista 02).

Seria interessante, até porque eles gostaram muito e quando eles gostam é um sinal muito bom, até porque vão surgindo outras crianças novatas, outras turmas. Realmente seria interessante a continuidade [...] (Entrevista 03).

Ficou claro nas falas dos entrevistados o desejo de que o programa Banco de Alimentos assuma, com mais frequência, a realização de ações educativas junto às instituições conveniadas, o que ficou demonstrado nas seguintes sugestões:

Trazer mais palestras de forma lúdica para as crianças. Palestras também para as famílias com temas sobre responsabilidade e afetividade (Entrevista 01).

Que os Estagiários de Serviço Social possam freqüentar mais as instituições atendidas pelo Banco de Alimentos e que o

trabalho possa ser de continuidade para que se possa ter uma avaliação mais completa (Entrevista 02).

Mais ações dessa natureza, já que foi muito positivo e teria sido melhor se os profissionais do Banco de Alimentos tivessem dado continuidade [...] (Entrevista 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Milhares de pessoas no mundo passam fome. Entretanto, para solucionar esse problema no nosso país, não será necessário apenas ampliar a produção de alimentos, já que o Brasil está entre os maiores produtores de gêneros alimentícios do mundo. Existe uma concepção que defende ser necessário combater o desperdício de alimentos, apenas revendo conceitos e atitudes, porque o desperdício acontece desde a produção até a nossa própria cozinha. O SESC – Banco de Alimentos é defensor dessa concepção. Ele tenta amenizar a fome dos paraibanos que não têm acesso aos alimentos no mercado, com o repasse das doações dos alimentos recebidos e, também, combatendo o desperdício alimentar.

Verificamos que grande parte dos alimentos coletados e repassados pelo Banco de Alimentos teria o lixo como destino, uma vez que não são mais aceitos pelo mercado. Nesse caso, o programa está fazendo um favor aos doadores, já que antes eles pagavam a alguém para recolher os alimentos e jogá-los ao lixo.

Assim, embora a iniciativa do Banco de Alimentos possua um apelo social, este não pode ser considerado parte de uma política de segurança alimentar, mas um combate ao desperdício. Porém, esse programa também recebe doações de ótima qualidade. São os alimentos comprados pela CONAB aos pequenos produtores e os doados pelos supermercados do município. Estes, sim, são alimentos de boa qualidade.

O combate ao desperdício alimentar é algo que precisa ser combatido por todos, iniciando-se na nossa própria casa. Nesse aspecto, é relevante o trabalho que o Banco de Alimentos desenvolve, repassando os alimentos que sobram para os mais necessitados.

Outro aspecto importante a se destacar é que o Banco de Alimentos SESC, em Campina Grande - PB atua divulgando seu diferencial: suas atividades não se limitam à realização de uma prática meramente assistencialista, ao receber os alimentos e repassá-los para as instituições conveniadas, mas vai, além disso, com a realização de ações educativas.

Entretanto, estas não se dão de forma regular no programa em Campina Grande - PB. Durante nosso estágio, a preocupação maior da equipe do Banco de Alimentos era com o volume de arrecadação de alimentos em Campina Grande - PB, na tentativa de atingir sempre o primeiro lugar no volume de arrecadação de alimentos na Paraíba. Tal esforço foi atingido porque, várias vezes, Campina Grande – PB ficou entre os primeiros lugares no ranking do nosso país.

A importância do trabalho educativo nas ações do Banco de Alimentos é fundamental, mas, infelizmente, não é praticado frequentemente, chegando a se constituir um verdadeiro fetiche.

Consciente do valor do trabalho educativo, tivemos a preocupação de levar novas informações para o público das instituições com as quais trabalhamos, mais especificamente, para o público infantil.

Avaliando nossa prática educativa, concluímos que ela foi proveitosa. A metodologia utilizada foi adequada ao público. A apresentação lúdica, com fantoches, demonstrando os princípios básicos do ECA, fez com que as crianças prestassem mais atenção, interagissem e fixassem melhor o tema apresentado.

O trabalho realizado foi extremamente bem aceito, tanto pelas instituições que atendem crianças e adolescentes, como também pelo Banco de Alimentos regional, que destacou nossa ideia, numa de suas reuniões. A partir daí, as unidades de João Pessoa passaram a adotá-la. Finalizando, a constatação da validade das ações educativas está nos relatos apresentados pelos sujeitos desta pesquisa.

Como sugestão, mais uma vez destacamos que é importantíssimo voltar-se para a realização de ações educativas, fazendo valer o diferencial que o Banco de Alimentos deseja atingir.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Pós - Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. In: Balanço do Neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Aproveitamento Integral dos Alimentos. Rio de Janeiro: SESC/DN, 2003. 45 pág. (Mesa Brasil SESC Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SEBRAE/ANVISA.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/> Acessado em 20/04/2011

FEIJÓ, José Carlos Valenzuela. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. In: **O Estado neoliberal e o caso mexicano**. São Paulo Cortez, 2002.

Fome Zero. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e> Acessado em 27/07/2011

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acessado em: 03/06/2011.

LAURELL, Asa Cristina. Estado e políticas sociais no neoliberalismo. In: **Avançando em direção ao passado**: a política social do neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. **Responsabilidade social**: a experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, Fapesp, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NEGRÃO, João José de. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf Acessado em 30/11/2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva - **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social**: desvendando significados, Serviço Social & Sociedade, nº80, 2004.

Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em:
<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa> Acessado em: 20/04/2011

SESC, Palco Giratório, Disponível em
<http://www.sesc.com.br/palcogiratorio/projeto.html>. Acessado em 16/08/2011

TOLEDO, Enrique de La Garza. Estados e políticas sociais no neoliberalismo. In: **Neoliberalismo e Estado**. São Paulo: Cortez, 2002.

Um em cada três brasileiros é desnutrido, diz ONU. Disponível em
[http://www.jornal da ciência.org. br](http://www.jornal da ciencia.org.br). Acessado em 04/02/2011.

YOSHIDA, Ernesto. **Guia SESC Brasil 2004**. São Paulo: Abril, 2004.

APÊNDICE

Questionário aplicado aos gestores das instituições pesquisadas

I – Dados de Identificação:

- Nome
- Endereço:
- Data de Criação:
- Início de Funcionamento:
- Dias e Horários de Funcionamento:
- Usuários Atendidos:
- Atividades Desenvolvidas pela Instituição:

II – Situação Econômica:

- Como a Instituição sobrevive financeiramente?
- Que tipo de contribuição a Instituição recebe?
- Estas contribuições são suficientes para manter a Instituição?
- Quantas pessoas trabalham aqui?
- Que vínculo trabalhista essas pessoas têm com a Instituição?

III – Relação Banco de Alimentos e Instituição.

- Qual a sua opinião a respeito do programa Banco de Alimentos?
- O que representa o trabalho desenvolvido pelo Banco de Alimentos para esta Instituição?

IV – Ações Educativas:

- Que repercussão trouxe o trabalho sócio – educativo que desenvolvemos, para a Instituição?

- Qual sua opinião sobre a realização de ações dessa natureza para esta Instituição?
- Qual a sua opinião a respeito da continuidade dos trabalhos educativos desenvolvidos pelo Banco de Alimentos na Instituição?
- Sugestões.

ANEXOS



Palestra realizada na LBV. Os fantoches apresentando o ECA



As crianças interagindo com os fantoches



Entrega das cartilhas da Turma da Mônica